



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**-SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0060326-87.2018.8.26.0100**  
 Classe - Assunto: **Recuperação Judicial - Administração judicial**  
 Requerente: **Viação Itapemirim S/A e outros**  
 Requerido: **Viação Itapemirim S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **JOAO DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO**

Vistos.

Trata-se do processo de recuperação judicial do Grupo Itapemirim.

A recuperação judicial foi ajuizada na data de 07/03/2016.

Pela sentença de fls. 3.885/3.896 foi concedida a recuperação judicial.

Com o advento da pandemia ocasionada pelo COVID-19, foi atendido pleito das recuperandas para flexibilização do cumprimento do plano, através da decisão de fls. 54.625/54.642.

Após esse evento de flexibilização iniciaram-se os problemas de cumprimento do plano de recuperação judicial, seja pela interpretação equivocada das recuperandas sobre os limites de tal flexibilização, seja pelo atraso no pagamento das parcelas convencionadas, seja pela destinação dos recursos advindos dos leilões de seus bens para outras atividades empresariais engendradas pela direção da empresa, como aportes realizados na companhia aérea ITA, à luz das determinações da decisão de fls. 71.563/71.572 – item 4.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Depois de muitas discussões, este Juízo, após requerimento de credores que compunham mais de 25% de uma determinada classe (art. 36, § 2º, LRF), motivado por reclamações sobre a condução das operações empresariais, determinou a convocação de AGC para deliberação de diversos pontos, dentre eles, a troca de gestão.

A AGC foi realizada na data de 18/05/2022, com a votação e aprovação da troca de gestão, a qual passou a ser exercida pela a empresa TRANSCONSULT SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA (CNPJ 24.918.109/0001-70), representada pelo Sr. Eduardo José Baptista Abrahão, após homologação pela decisão de fls. 80.579/80.588.

Às fls. 82.055 e seguintes, a Administradora Judicial, EXM Partners, trouxe diversos apontamentos acerca de constatações envolvendo a presente recuperação judicial. Fez breve histórico dos fatos ocorridos no deslinde processual, desde a sua nomeação como administradora judicial e apresentou pedido para convolar a presente recuperação judicial em falência, nos termos do art. 73, da LRF, sob os seguintes argumentos:

Ante todo o exposto, e, tão logo, ressaltando os consideráveis esforços despendidos pelo novo gestor, Sr. Eduardo Abrahão, representante da Transconsult Serviços de Consultoria LTDA, fato é que o cenário encontrado é tão precário que não demonstra a viabilidade do negócio, ao passo que a auxiliar deste D. Juízo, vem por meio da presente, requerer:

**(1) A convocação da presente recuperação judicial em falência, nos termos do art. 73, incisos IV e V da LRF, conforme item II da presente, ante os motivos abaixo:**

- Descumprimento do Plano de Recuperação Judicial no tocante ao pagamento de credores, destinação de valores angariados de leilões para fins diversos do previsto em Plano de Recuperação Judicial, bem como esvaziamento patrimonial das empresas à luz das transferências em benefício próprio do Sr. Sidnei, de quantias constantes em Escrow account;
- Desvio de dinheiro (R\$ 45 milhões de reais) de conta judicial da Recuperação Judicial para criação da Ita Linhas Aéreas;
- Inobservância no cumprimento de suas obrigações fiscais e até mesmo inexistência de interesse em realizar parcelamento tributário, em conformidade com legislação vigente, além da dívida extraconcursal constar em aberto acima de R\$ 2 bilhões, sendo tributárias, trabalhistas e despesas correntes das atividades;
- Inúmeros protestos ocorridos em momento posterior a distribuição do pedido de Recuperação Judicial;
- Ausência de apresentação junto à Administradora de demonstrações contábeis imprescindíveis, bem como informações inerentes à folha e pagamento de funcionários;
- Entradas operacionais visivelmente menores do que saídas de recursos, sendo a proporção de R\$ 266.173.036 > R\$ - 295.645.503;
- Inadimplemento de obrigações trabalhistas desde o mês de Dezembro/2021 até o presente momento (Junho/2022) e demissões em massa realizadas no período de gestão do Sr. Sidnei, sem qualquer adimplemento de verbas rescisórias;
- Redução significativa do quadro de Colaboradores de 3.776 em 2017 para 197 em 2022, além do inadimplemento de salários dos funcionários que seguem integrando o quadro de colaboradores do Grupo Itapemirim;
- Greve de funcionários, depreciação de ônibus e outros fatores que dizem respeito a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

inexistência de recursos para custear custos fixos e essenciais a operacionalização da empresa;  
 - Cancelamento de concessão de linhas perante a ANTT e consequente paralisação das atividades;  
 - Redução do faturamento das Recuperandas a patamares insignificantes, evidenciado através das entradas de recursos ocorridas no mês de Junho/2022 na ordem de R\$ 373.391,97, valor irrisório quando comparado com a média do ano de 2021, que perfez a importância de R\$ 15.603.614,68;  
 - Tentativa de alienação de quotas do Grupo Itapemirim sem qualquer notícia concreta nos autos, cujo valor da operação seria custeado pelo percentual do próprio faturamento da Itapemirim;

A auxiliar do Juízo ainda requereu:

(2) **Nos termos do item III da presente**, além das providências de praxe como identificação das falidas e fixação do termo legal - 90 (noventa) dias contados do pedido de recuperação judicial ou do primeiro protesto por falta de pagamento, que a **r. sentença de quebra aponte como administradores das devedoras o Sr. Sidnei Piva de Jesus (acionista e presidente do Grupo no momento dos atos que levaram as empresas à quebra), Adilson Furlan (diretor financeiro e operacional) e Karina Mendonça (diretora jurídica e vice-presidente), responsável por compliance e execução do plano, conforme organograma administrativo posição de Dezembro/2021 a Janeiro/2022;**

(2.1) Ainda, **nos termos do item II da presente**, que seja **ordenada a suspensão de todas as ações ou execuções contra o falido, bem como proibida expressamente a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens**, uma vez que foram diversas as tentativas do Sr. Sidnei em alienar deliberadamente o patrimônio das empresas, e até mesmo as próprias participações societárias, tal qual reportado em inúmeros RMAs por esta auxiliar, resguardando-se, assim, os direitos dos credores.

(2.2) Para se evitar novas tentativas de operações fraudulentas, **o envio de ofício com urgência ao Registro Público de Empresas e à Secretaria da Receita Federal para que procedam a anotação da falência nos registros competentes e dos administradores aqui indicados, bem como expedição de ofícios de praxe para localização de bens das falidas, além das medidas já tomadas em tal sentido nestes autos. No mais, essencial a notificação do Ministério Público e das Procuradorias Fiscais dos Municípios e Estados de atuação do Grupo Itapemirim, assim como da União Federal.**

(3) **No que tange ao inciso XI do artigo 99 da LREF**, visando preservar a publicidade e igualdade de condições que permeiam tais procedimentos em concursos de credores, que após a r. sentença de quebra **seja dada publicidade da atual proposta de arrendamento dos ativos, e, ainda, seja proferida decisão autorizativa da celebração do contrato junto à Transportadora Turística Suzano Ltda., nos termos do anexo à presente, em caráter liminar e emergencial, em consonância ao art. 49 da Lei nº 10.223/2001 (ANTT), dando-se ciência a todos os credores do arrendamento para que se manifestem**, visando, assim, a liquidação eficiente dos ativos do Grupo Itapemirim, em momento oportuno, tudo resguardando o interesses da coletividade de credores.

O *watchdog*, através das suas manifestações às fls. 83.123/83.140, noticiou diversas dificuldades da operação, bem como a ausência de informações acerca de diversas saídas de valores, sem as respectivas contrapartidas derivadas da operação de linhas de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

ônibus, além da ausência de fluxo de caixa necessário para a manutenção das atividades e a suspensão de linhas de ônibus pela ANTT em decorrência da ausência de recursos para custeio das respectivas operações. Os apontamentos podem ser resumidos nos seguintes pontos:

Acerca do peticionamento da nova gestora judicial que dispõe sobre a data de apresentação do Plano de Recuperação Judicial, aumento de receita média diária, procedimentos iniciados no intuito de gerar fluxo de caixa e negativa ao requerimento de convalidação da Recuperação Judicial em Falência realizado pela Administradora Judicial, informa que as Recuperandas permanecem silentes no tocante a disponibilização de informações como utilização dos tokens, alegação sobre as dificuldades da gestão face ao sistema de gestão inoperante, apresentação dos CTNs – Comprovantes de Transferência de Numerário, quitação da folha de pagamentos referente ao mês de junho de 2022, regularização da contabilidade, da frota rodante, das rotas ativas, da atuação do Departamento Jurídico das Recuperandas, da Remuneração da Nova Gestão. Nesse sentido traz considerações sobre a situação financeira encontrada pelo gestor judicial, o qual apresentou que no momento de sua entrada as Recuperandas possuíam em conta pouco mais de R\$ 11.000,00 para o desempenho de suas atividades, **noticiando que a informação não condiz com a realidade de valores existentes nas contas correntes da empresa àquela época, ao passo que somariam a importância de R\$ 143.930,03;** no que se refere ao apontamento sobre o aumento da receita média diária para R\$ 180.000,00, salienta que restou desconhecida a possibilidade de realização de levantamentos até porque **nada teria sido reportado no que toca a reconstrução da contabilidade das empresas, ao passo que pleiteia pela apresentação dos primeiros resultados de contabilidade obtidos pela nova gestão desde outubro/2022 e cronograma de regularização da parte contábil das empresas;** pontua que a nova gestão inovou o método quando apresentou a metodologia do **fluxo de caixa** das empresas ao passo que “o saldo bancário em 20 de julho aponta o valor de R\$159.527,12 enquanto pela demonstração pelo novo modelo de fluxo de caixa aponta receitas de R\$ 3.482.389,24, pagamentos de R\$ 2.343.996,34 devendo ter de saldo, portanto R\$ 1.138.392,90”, em continuidade, **tece considerações acerca do relatório de vendas apresentado pela gestão e conclui que, a princípio, existiu uma tentativa de indução a erro ou, em sendo correto os valores apresentados a gestão explicasse a entrada de valores divergente com os extratos atualizados da conta;** acerca da venda dos veículos inoperantes que totalizaram R\$ 440.000,00, noticia eu não houve documento que evidenciasse, de fato, se os bens eram inservíveis e, indo além, que não haveria qualquer pedido de autorização de venda desses bens, **requerendo que a gestão apresente se a venda dos bens se deu efetivamente sem autorização judicial;** acerca do software TOTVS pontua que, em que pese a alegação de negociação com a provedora, **não apresentaram nos autos nenhum acordo que sustentasse o compromisso financeiro entabulado** e, ainda, que houve transferência de R\$ 75.000,00 sem qualquer apresentação de comprovante; sobre a regularização da folha de pagamentos, noticia que o resumo de antecipação, em verdade diz respeito a pagamentos em atraso; acerca de parcerias entabuladas com empresas do setor que resultaram em transferência para o pagamento das empresas, dispõe que **não houve apresentação de nenhum relatório de quilometragem nem notas fiscais pela prestação dos serviços;** sobre movimentações ocorridas entre 15 e 21 de julho de 2022 continua sem demonstração de documentos comprobatórios dos pagamentos realizados e, ainda, a verificação de pagamento à título de **honorários da gestora judicial**, contudo que **não houve qualquer pleito nos autos e sequer decisão arbitrando/homologando eventuais valores pleiteados.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Conclui com questionamentos que seguem logo abaixo:

- 10) Este auxiliar do juízo se deparou com uma manifestação do gestor judicial desconexa da realidade das empresas quanto aos aspectos financeiros e ai cabe a primeira dúvida: o suporte técnico das questões financeiras e operacionais não tem o necessário preparo para atuar em uma empresa cujo índice de insolvência só vem apontando para horizontes piores, ou não existe por parte do gestor e o seu grupo de suporte compromisso com as informações corretas no processo de soerguimento das empresas?
- 20) Segunda dúvida é quanto ao motivo pelo qual o gestor judicial não pode ou não quer apresentar as informações que apontariam para resultados diferentes dos que ele entende serem os reais?
- 30) A decisão do Gestor Judicial iniciar os pagamentos da empresa a qual representa e que foi escolhida pelos credores em AGC não atende os requisitos legais que determinam que estes valores devem ser propostos através de petição nos autos, avaliado e homologado por este M.M. Juízo, e então se iniciam os pagamentos dos honorários.

A União compareceu aos autos informando, por petição de fls. 80.888, que as Recuperandas possuem um débito consigo de mais de 1,5 bilhões de reais, e que o requerimento de transação tributária realizado anteriormente foi indeferido, em razão da ausência de apresentação de garantias mínimas necessárias, além do fato de descumprimento de pagamento para com os credores. Ressalta que além dos créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial tem de ser observados os créditos fiscais, visto que a empresa continuaria a constituir débitos dessa natureza. Entende não ser prudente que a recuperanda transacione com os credores no sentido de realizar o pagamento de seus valores, contudo, que o Fisco seja excluído de tais negociações. Pontua, ainda, que o parcelamento administrativo das dívidas fiscais é exigido como condição essencial à homologação do plano Recuperacional.

Ao final, requereram que, em sendo aprovado o aditivo ao plano de recuperação judicial das recuperandas, que haja a determinação judicial no sentido de obrigá-las a realizar o pagamento dos débitos tributários como sendo condição efetiva a homologação do plano. E entende que, em sendo permanente a situação, que seja convalidada a recuperação judicial em falência.

O plano de reestruturação foi apresentado às fls. 83.250/83.281 pela nova gestora - Transconsult.-

O Ministério Público peticionou às fls. 85.193/85.215, em cuja manifestação teceu diversas considerações a respeito do processo. Ao final, postulou pela convocação de AGC, para deliberação acerca da continuidade da atividade, mediante análise do plano de reestruturação apresentado por TRANSCONSULT SERVIÇOS DE CONSULTORIA



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

LTDA., requerendo, subsidiariamente, a convalidação da recuperação judicial em falência, nos termos já manifestados pelo Administrador Judicial e pelo próprio órgão ministerial às fls. 74.916 e seguintes.

É O BREVE RELATO.

DECIDO.

A presente recuperação judicial deve ser convalidada em falência.

**I- DO DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DAS OBRIGAÇÕES EXTRAJUDICIAIS**

Conforme pontuado em diversos relatórios mensais do administrador judicial (item 6 do relatório mais recente) foram retirados do caixa pela antiga gestão do Grupo Itapemirim **R\$ 45.312.801,00** (quarenta e cinco milhões de reais), valores estes que, pelas previsões do PRJ e decisões judiciais posteriores, pertenceriam aos credores. Assim, pontuou novamente que o descumprimento do Plano de Recuperação Judicial soma o montante de **R\$ 99.818.621,19**, à luz do RMA de Março/Abril de 2022, às fls. 5.816 s.s. do processo nº 0003311-29.2019.8.26.0100 – item 7.2.

Essa retirada de valores iniciou-se com a postura equivocada das recuperandas sobre os limites de flexibilização do cumprimento do PRJ, a qual, pela gestão do Sr. Sidnei, se aproveitou das discussões judiciais a fim de alavancar recursos com a postergação do pagamento das prestações do plano. Ao lado disso, a destinação de recursos oriundos dos leilões dos bens das recuperandas para outras atividades empresárias foi o fator de decorrocada da atividade. Com a criação da ITA Linhas Aéreas, ainda assim havia substancial adimplemento do plano. Todavia, a desorganização da gestão, somada à utilização de recursos para objetivos outros que não o cumprimento do plano, fez com que as operações empresariais entrassem em colapso e, consequentemente, inviabilizando o cumprimento do plano de recuperação judicial de maneira



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

mais acentuada.

Os fatos acima apontados pelo administrador judicial às fls. 82.055 e seguintes, considerados prejudiciais aos credores do Grupo (apropriação de valores depositados sem prestação de contas, sonegação de informações, desvio de valores para custeio da operação da Cia. Aérea), somaram-se à determinação de afastamento do Sr. Sidnei Piva de Jesus pelo Departamento de Inquéritos Policiais desta Capital. Além disso, na Assembleia Geral de Credores realizada em 18/05/2022, 99% dos votantes concordaram com o afastamento de Sidnei Piva e a nomeação de um gestor judicial, indicado pelos credores no mesmo ato.

A gestão judicial, assim que homologado o resultado da AGC, pleiteou um prazo de 60 (sessenta) dias para manifestação quanto às questões em andamento nestes autos e em seus incidentes, dada a recente substituição da gestão por deliberação dos credores. Na decisão de fls. 80.579/80.588, houve fixação de um prazo de 30 dias para que a nova gestão apresentasse um plano para quitação dos créditos vencidos, bem como seu plano de trabalho a ser realizado, além da concessão de um prazo de 60 dias para apresentação de novo plano de recuperação.

Entrementes, logo após a referida AGC, o Sr. Jaime Garces M. Filho, outrora apontado como diretor de operações das Recuperandas, apresentou-se como novo proprietário das empresas, passando a adotar diversas providências como tal, em especial, providenciando a mudança da sede para dois imóveis: escritório administrativo no bairro da Vila Guilherme, e garagem na Penha, ambos nesta Capital. Referido contrato garantia em contrapartida ao Sr. Sidnei Piva uma parcela de 5% (cinco por cento) sobre o faturamento futuro das Recuperandas, e teria sido celebrado após a realização da assembleia que deliberou pelo seu afastamento da gestão.

Nesse dito “período de transição”, foram noticiadas: (i). paralisação das atividades da empresa, tanto por falta de insumos e manutenção como por 'trocas' de sistema; (ii). transporte de ativos das Recuperandas para local incerto e não sabido (toda a estrutura de TI das empresas ou ao menos os principais ativos teriam sido levados a Goiânia, para instalação de novo centro operacional) e (iii). Relatos por todo o país dando conta de abandono e depreciação de veículos do Grupo, com subtração de peças, conforme informações dadas pelo administrador judicial às fls. 78.901/78.908.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

O administrador judicial assim sintetizou todas as dificuldades criadas e enfrentadas pelas recuperandas em fls. 82.055 e seguintes:

(a) atestaram sua incapacidade no cumprimento do plano, rogando por sua flexibilização no momento pandêmico, e demais não adotando qualquer providência para sanar os atrasos;

(b) defenderam uma leitura inexistente do plano de recuperação no sentido de que os valores angariados nos leilões seriam seus e não dos credores, dando a estes milionários valores, destinos diversos ao pagamento dos credores ou à preservação das empresas;

(c) evaporaram milhões de reais em recursos obtidos em tais leilões em questão de meses, conforme reiteradamente noticiado em RMA's e petição de fls. 62.140/62.149 do presente feito, realizado unicamente com base em uma decisão preliminar, sem qualquer prudência para repor os valores em caso de decisão contrária de mérito, exatamente o que veio a ocorrer; e

(d) nada fizeram para buscar sua regularidade fiscal, ocasionando o pedido de convalidação da recuperação em falência pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

Diante de todos esses fatos, houve pedido de convalidação da presente Recuperação Judicial em Falência pelo Ministério Público de São Paulo nos autos em fls. 74.916/75.003.

O administrador judicial às fls. 82.067 relatou que as atividades hoje existentes não justificam a preservação das empresas. **A saúde financeira e operacional do Grupo Itapemirim foi fatalmente debilitada por atos levados a efeito na gestão de Sidnei Piva de Jesus, Adilson Furlan e Karina Mendonça.** As empresas hoje geram poucos empregos, mas não possuem mais capacidade de pagar a folha salarial, ou seus fornecedores regulares, tampouco recolher impostos. Concluiu que as empresas não cumprem com a sua função social, preceito básico para que este instituto perdure ativamente.

No mesmo sentido, o *watchdog* relatou a precariedade do funcionamento e das condições das atividades empresariais engendradas pelas recuperandas, com a perda do funcionamento de linhas, ausência de caixa para cumprimento das obrigações ordinárias, retiradas de valores pela nova gestão e saída de recursos sem a comprovação da





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

contrapartida em favor das operações.

A redação da Lei nº 11.101/2005 é claríssima quanto às hipóteses de convalidação da recuperação judicial em falência, sendo que hipóteses legais se verificam no caso sob análise. Cumpre lembrar os incontáveis pedidos de credores neste sentido, somado ao pedido apresentado pela PGFN (fls. 80.888/80.927) e, também, pelo D. Representante do Ministério Público (74.916/75.003).

Analisando o artigo 73 da Lei em questão, vislumbra-se que as Recuperandas se enquadram em alguns de seus incisos, dentre os quais se destacam: “*IV – por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, na forma do § 1º do art. 61 desta Lei; VI - quando identificado o esvaziamento patrimonial da devedora que implique liquidação substancial da empresa, em prejuízo de credores não sujeitos à recuperação judicial, inclusive as Fazendas Públicas.*”

**Confrontando-se os valores devidos até maio de 2022, o Grupo apresenta um saldo inadimplido no montante de R\$ 106.183.152,00 (conforme tópico 7.2 do RMA mais recente apresentado por esta Administradora e Quadro Geral de Credores – posição de Maio/2022).**

Os atrasos no cumprimento do plano foram recrudescendo com o passar do tempo, ao mesmo tempo em que os recursos advindos dos leilões acabaram por ser destinados a finalidades outras, o que, somados aos atos de má gestão, provocou o colapso das atividades, bem como do adimplemento do plano, o que nos leva ao cenário do inciso VI do referido artigo, pois ocorreu evidente esvaziamento patrimonial das empresas.

De mais a mais, embora não se trate no presente caso de descumprimento de parcelamento fiscal – até porque as Recuperandas sequer se preocuparam em renegociar os tributos em atraso, conforme relatado em nossos RMA's, **o Grupo Itapemirim apresenta um passivo tributário inadimplido no montante de R\$ 2.387.232.162,00 registrado até outubro de 2021**, sem que houvesse a consideração de atualizações monetárias, juros e multas que evidentemente serão aplicados.

Ademais, após este período (2021), conforme informações repassadas pelas próprias Recuperandas, a auxiliar do juízo não teve conhecimento de nenhum pagamento realizado a título de tributos, ao passo que com toda certeza o saldo devedor perfaz



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

quantia em muito superior a R\$ 2 bilhões (tópico 5.2 dos RMA's). Isso porque, desde que o Sr. Sidnei assumiu a gestão do Grupo, não houve o pagamento de nenhum tributo sequer, sendo certo que tal afirmação pode ser confirmada com base nos poucos relatórios disponibilizados pelas Recuperandas.

Isto, aliado à impossibilidade material de recolhimento de impostos correntes, demonstra ser o caso de decretação da quebra para se evitar o aumento dessa já substancial dívida tributária.

Além disso, conforme pesquisas extraídas da Boa Vista – Administradora do SCPC, tal qual reportado pela EXM Partners, foi possível verificar que em face das recuperandas há inúmeros protestos, tendo o maior ocorrido em Dezembro/2019, na importância de R\$ 1.466.970,31, os quais refletem no seguinte cenário, referentes a registros desde o ano de 2016 até o dia 13/07/2022: 453 protestos em nome da Viação Caiçara Ltda, correspondendo a R\$ 51.428.741,60; 958 protestos em nome de Viação Itapemirim S.A, correspondendo a R\$ 45.907.983,12; 27 protestos realizados em nome da Imobiliária Bianca Ltda., correspondendo a R\$ 8.257.464,72; 69 protestos realizados em nome da Transportadora Itapemirim S.A, correspondendo a R\$ 1.684.701,37; 8 protestos em nome da Ita Itapemirim Transportes S.A, correspondendo a R\$ 1.673.623,20; 12 protestos em nome de Flecha S.A Turismo, Comércio e Indústria, correspondendo a R\$ 1.979.759,34; e 12 protestos em nome de Cola Comercial e Distribuidora Ltda, correspondendo a R\$ 319.333,92. Tudo isso totalizando 1.539 protestos, no valor global de R\$ 110.342.607,27 em face do Grupo Itapemirim.

O Administrador Judicial pontua, ainda, que não menospreza que os credores, na última AGC, talvez por desconhecerem o agravamento do cenário operacional das empresas, optaram pela nomeação de novo gestor judicial e concessão de prazos para derradeiras tentativas de viabilizar as empresas. No entanto, tudo aponta para a total incapacidade do Grupo Itapemirim em recuperar sua posição no mercado e honrar com seus compromissos, sejam os débitos correntes, sejam os concursais, sejam os débitos extraconcursais. Nem mesmo os custos das operações conseguem, na atual quadra, serem suportados pelas recuperandas.

Por todas essas razões, verifica-se que há inadimplemento substancial do plano de recuperação judicial e sem qualquer perspectiva de retomada dos pagamentos, de modo a ser aplicável o art. 73, IV, da Lei 11.101/2005 na espécie.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**II- DA AUSÊNCIA DE MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS DA EMPRESA –  
PRECARIIDADE DAS ATIVIDADES DO GRUPO EMPRESARIAL.**

Conforme relatado pelo gestor judicial, Sr. Eduardo Abrahão, nestes autos (petição de fls. 81.259 a 81.322), em 27 de junho de 2022, a situação financeira do Grupo Itapemirim ainda não é de todo conhecida por conta das temerárias práticas realizadas pela gestão anterior e sua equipe. Ainda, complementa que conforme apurações iniciais datadas de 06 de junho de 2022, existem pendências fiscais na ordem de R\$ 2.856.311.228,22. Relatam ainda, em tópico III da referida petição, que se depreendeu com cenário de “TERRA ARRASADA” deixada pela antiga Gestão sob o comando do Sr. Sidnei Piva de Jesus e sua equipe, bem como vêm encontrando dificuldades na obtenção de todas as informações pertinentes ao bom andamento da empresa e, sobretudo, da Recuperação Judicial.

Além disso, citam as fls. 81.287/81.297, a qual dispõe sobre a situação contábil/fiscal do Grupo Itapemirim, informando que a empresa passa por uma ausência de fluxo de caixa financeiro e operacional e em face dessa ausência, a equipe está desestruturada por completo desde janeiro de 2022.

Ato contínuo, o Sr. Eduardo Abrahão ainda informou que ocorreu por ordem do Banco Itaú o encerramento de todas as contas correntes das empresas recuperandas, incluindo máquinas de cartões e folha de pagamento. Como se isso não bastasse, houve a paralisação do sistema ERP (TOTVS), essencial para operacionalizar qualquer tipo de controle administrativo, financeiro e contábil, desde março de 2022. Apresentada ilustração deste cenário referente às medidas urgentes que devem ser tomadas somente para regularização paliativa.

Sobretudo, a nova gestão reportou nos autos (fls. 81.497/81.507) que a frota pertencente às Recuperandas está sucateada, e que até então, a localizada conta com: 19 ônibus pendentes de documentação perante a ANTT, 110 ônibus com diversos problemas de manutenção – estacionados em várias garagens do Brasil, 62 ônibus em condições deploráveis, sem qualquer condição de uso ou com custo inviável para serem restaurados.

As informações reportadas em relatórios pela nova gestão corroboram com o entendimento exarado pela auxiliar do juízo e pelo *watchdog*, no sentido de inviabilidade do negócio e necessidade de convocação da recuperação judicial em falência.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Ademais, conforme relatado nos RMA's da Administração Judicial, o Grupo Itapemirim está sem apresentar qualquer demonstração contábil **desde novembro de 2021**, bem como sem responder os questionamentos sobre a documentação financeira suporte e demais conciliações contábeis desde **janeiro de 2020** referentes as empresas Itapemirim e Caiçara, e, desde dezembro de 2019 referente às demais empresas do Grupo (tópico 4 dos nossos RMA's).

Considerando as movimentações financeiras baseadas nos extratos de contas correntes do período acumulado de 2021, as Recuperandas registraram, em conjunto, entradas de recursos operacionais no montante de R\$ 266.173.036, e saídas de recursos para fins operacionais no valor de -R\$ 295.645.503, ou seja, **durante o ano de 2021 e até junho de 2022 ocorreu um déficit da operação na monta de -R\$ 29.472.468,00, sendo que no atual momento esse déficit financeiro certamente é maior, levando em consideração que as Recuperandas não cumpriram com suas obrigações tributárias.**

O Grupo Itapemirim apresenta inadimplemento de suas obrigações trabalhistas desde o mês de dezembro de 2021 até junho de 2022, sendo que, conforme demonstrado nos RMA's apresentados pelo Administrador Judicial, até junho de 2022 foram pagos apenas R\$ 5.415.473,26 sobre tais passivos.

Indo além, a Administradora tomou conhecimento de que durante os meses de março até maio de 2022, o Grupo Itapemirim realizou diversas demissões, sendo que destas, **em nenhum caso foi constatado o adimplemento das verbas rescisórias.** Por conseguinte, o valor total inadimplido relacionado ao Passivo Trabalhista Extraconcursal é certamente maior.

Além do mais, vale novamente ressaltar que a Administradora Judicial se encontra desde janeiro de 2022 sem as informações básicas acerca da folha de pagamento dos colaboradores do Grupo Itapemirim, estimando-se, nesse sentido, que o montante inadimplido aproximado está na monta de R\$ 9.997.429,00 (considerando o valor da FOPAG de dezembro de 2021, R\$ 2.568.817, vezes 6 meses com importância de R\$ 15.412.902, considerando o devido desconto do valor pago no montante de R\$ 5.415.473,26).

A título complementar, além de todo o contexto relacionado ao cancelamento de concessões das linhas da Viação Itapemirim perante a ANTT, durante o final de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

maio e todo o mês de junho de 2022, as operações do Grupo foram totalmente paralisadas, conforme notícias que foram veiculadas na mídia. E não só, como também não houve nenhum movimento sequer operacional perante os seus usuários. Tal fato demonstra novamente a incapacidade das Recuperandas em arcarem com o cumprimento dos pagamentos dos credores concursais e extraconcursais.

Continuando com relação a este cenário, é possível verificar que a falta de atividades do Grupo demonstra drástica consequência quando se faz a análise das entradas e saídas de recursos em contas correntes das Recuperandas. Isso porque, no mês de maio de 2022, ocorreram entradas de recursos totais de R\$ 1.207.720,32 e em junho de 2022, apenas R\$ 373.391,97, ou seja, valor irrisório quando comparado com a média mensal de entradas de recursos do ano de 2021, que perfaz a importância de R\$ 15.603.614,68.

Este cenário de drástica diminuição de atividades operacionais é facilmente percebido em demonstrativo constante da petição da auxiliar do juízo. E não é só isso. O Grupo Itapemirim apresenta estrutura operacional precária, ao passo que atualmente não possui garagens adequadas para operacionalização de suas atividades, bem como seu escritório administrativo está centralizado em um prédio alugado pela antiga gestão, sem contar com qualquer requisito básico para efetuar sua operação. Tanto é que foi necessária, na visão das recuperandas, a mudança da base administrativa para o Terminal Tietê e Cachoeiro do Itapemirim.

Em reunião realizada entre a nova gestão e o Administrador Judicial, uma série de questionamentos foram formulados. Entretanto, não houve apresentação de subsídios concretos por parte dos novos gestores, conforme troca de informações realizada reproduzida em sequência, acostada aos autos às fls. 82.068/82.071:

**“1. Quanto ao Relatório com projeções, premissas e estimativas do Grupo Itapemirim, conforme página 01, item 01 do peticionamento de fls. 81.259 s.s. dos autos do procedimento de Recuperação Judicial -** Em que pese ainda não tenham a projeção integral, pedimos às Recuperandas o encaminhamento dos relatórios que já estão finalizados, no que se refere a projeção de entradas de recursos e Receitas operacionais do Grupo Itapemirim.

**Esclarecimento Recuperandas:** A perspectiva cronológica do grupo recuperando é de que nos primeiros 30/60 dias irão (i) regularizar as linhas junto à ANTT, (ii) reestabelecer a frota mínima de operação, (iii) realizar acordos operacionais com as empresas já interessadas, (iv) realizar a antecipação de vendas com plataformas on-line, (v) iniciar operação do serviço de encomendas ainda no mês 07/2022, (vi) redução do passivo trabalhista, (viii) venda de alguns ativos no primeiro semestre (salas comerciais em Vitória-ES, Apartamento no Rio de Janeiro, imóveis em Picos, Caruaru, Patos, Campos e 1 Platô do Centro Administrativo do Cachoeiro), com a finalidade de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

alcançar em torno de 40 milhões para pagamento de credores e a utilização de 10% para realocação da frota, a considerar neste momento que se estima ainda, apenas a operação da empresa Kaissara, e que não se trata da totalidade da operação desta empresa.

**2. Quanto à Ata de reunião realizada com a ANTT** - Conforme o informado, ainda que não tenha sido encaminhada qualquer Ata ou registro da reunião realizada pelo órgão competente, levando em consideração a notícia de que o ato estava sendo gravado, pedimos a gentileza de solicitarem a disponibilização respectiva junto ao órgão competente.

**Esclarecimento Recuperandas:** Para além dos registros devidos no respectivo órgão federal, o grupo recuperando irá solicitar a disponibilização da gravação da reunião. Tão logo essa documentação seja disponibilizada, será encaminhada a esta administração judicial.

**3. Quanto aos contratos formalizados com as empresas que irão operar em parceria com o Grupo Itapemirim, em relação a operacionalização das linhas;**

**Esclarecimento Recuperandas:** Foram iniciadas diversas frentes de negociação em todas as operações do grupo recuperando. Dentre elas, algumas estão em diversos estágios de negociação e tratativas, como por exemplo, Reunidas, Emtran, Águia Branca, Princesa dos Campos, Grupo JCA, Garcia, Premium, Grupo Guanabara, Viação Mimo, Expresso Diamantina, dentre outros. Até o momento, neste curto período, considerando o transcurso de tempo natural de negociação e dos 15 dias de prazo para aprovação exigidos pela ANTT em virtude da análise

de cada negócio e viabilidade operacional, bem como de questões internas de cada uma das empresas, foi efetivado somente um contrato, celebrado com o Grupo Guanabara, para início da operação no dia 01/07/2022.

**4. Quanto ao mapeamento realizado para projeção de custos de levantamento dos veículos, preferencialmente com o custo segregado em documentação e manutenção;**

**Esclarecimento Recuperandas:** Para a estimativa de 105 veículos, computa-se uma média de **R\$1.406.000,00** para a manutenção, já as despesas de documentação chegam ao valor estimado de **R\$525.000,00**.

**5. Quanto ao contrato de retomada de serviços com o sistema Totvs, bem como a informação exata de quando o sistema entrou em efetivo funcionamento;**

**Esclarecimento Recuperandas:** Quanto ao sistema Totvs, foi constatada uma dívida de R\$1.098.000,00. Desta forma, em virtude da ausência do sistema, foi realizado contato com a empresa e constatado que o contrato havia sido suspenso. Entretanto, após aproximadamente 30 dias de negociação com base em valores inferiores ao contratado anterior, mas com a mesma efetividade do sistema, reduziu-se o custo da operação, e projeção do restabelecimento parcial das funções já na data de **07/07/2022**. É importante frisar que, desde março de 2022 não há lançamento qualquer no sistema, portanto, **será realizado trabalho de alimentar o sistema com as informações não colocadas anteriormente, para o correto funcionamento a partir desta data.**

**6. Quanto ao repasse do levantamento de processos judiciais pelos novos advogados constituídos nos autos, em razão de existência de perdas de prazos (situações de revelia), e quais medidas estão sendo tomadas frente a este problema;**

**Esclarecimento Recuperandas:** O levantamento dos processos está sendo realizado regularmente pelo novo escritório, tendo sido identificados diversos problemas gerais, como, por exemplo, revelia e perdas de prazos de audiências. Não obstante, diante da ausência de qualquer sistema ou informação, todos os prazos iminentes ou urgências estão sendo estancados diariamente, com a apresentação de defesas e realização de atos judiciais, cuja estabilização se dará em curto espaço de tempo. Para tratar dos assuntos da Recuperação Judicial foi contratado o Escritório Ward Toledo Piza Advogados, com atuação majoritária no processo de recuperação judicial e demandas conexas, e o Escritório Covolan Daüm Advocacia para atuação em algumas outras demandas, com o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

objetivo de redução de custos, otimização do trabalho, redução de riscos e melhores resultados.

**7. Quanto ao quadro atual de funcionários da empresa e levantamento de quantos funcionários se encontram inadimplentes, indicando o respectivo valor e totalizador da dívida extra concursal - se existir algum controle antes do sistema Totvs, apresentar para a administradora Judicial, e, caso contrário, informar por onde será realizado o controle.**

**Esclarecimento Recuperandas:** Em todos os dados encaminhados pela gestora do RH não foi identificada qualquer consistência no conteúdo, pois não há precisão quanto ao número de empregados, valores de remuneração ou dívidas salariais. O levantamento mais preciso das informações será realizado com o início da operação do sistema Totvs, podendo desta forma apresentar os valores consistentes quanto a dívida extraconcursal e demais informações, **em prazo estimado de 30 dias.**

**8. Quanto à provisão de quantos funcionários serão desligados a fim de reduzir os custos necessários à sua manutenção, indicando qual será o custo com as referidas rescisões e formas**

**de pagamento;**

**Esclarecimento Recuperandas:** Neste momento identificamos que há uma necessidade de demissões para fins de adaptar a nova operação. Nesta perspectiva, em meio a diligências, se verificou que uma grande parte dos funcionários não são operacionais, ou seja, que apenas constam na folha de pagamento, mas não são mais ligados à empresa. Portanto, como o levantamento até a presente data foi feito manualmente, projetamos que em um prazo de 30 dias teremos maior precisão de todos os dados financeiros quanto aos desligamentos e salários atrasados. Considerando a folha de pagamento em torno de R\$1.500.000,00 e a relação com a projeção de faturamento estimamos a cobertura dos pagamentos com 15 dias de operação. Contudo, para os próximos 30 dias, somando-se às medidas adotadas (revisão de folha de pagamentos, vínculo de funcionários e reinício das operações já realizadas), a estimativa de cobertura da folha de das operações já realizadas será reduzida para 10 dias.

**9. Em relação ao levantamento das informações inerentes aos custos essenciais de manutenção da empresa – aluguéis, combustível e manutenção de veículos, indicando valores e formas de pagamento;**

**Esclarecimento Recuperandas:** O levantamento dos dados está sendo realizado de acordo com a retomada das operações (revisão dos dados constantes de aluguéis, notificações de terceiros quanto a cobrança de dívidas e manutenção). Quanto ao combustível, por ser o valor variável conforme a quilometragem rodada dos veículos, as despesas são sempre proporcionais à receita obtida, não existindo ação efetiva para redução imediata, vez que é coincidente com o crescimento da operação. Importante salientar, que pelo atual cenário econômico, e a constante variável de preço, até mesmo a formalização de parcerias com fornecedores está muito volátil.

Nos mesmos moldes de negociação com a Totvs, estão entrando em contato com todos os fornecedores, e restabelecendo o crédito da empresa e o fornecimento, analisando sempre sob a ótica da redução de custos e extensão de prazo de pagamento.

**10. Qual o valor que entendem necessário ter em caixa para retomar, de fato, as operações e qual a origem de tais quantias;**

**Esclarecimento Recuperandas:** No novo plano de recuperação que será apresentado, haverá maior detalhamento das informações contidas neste breve relato de esclarecimento. Como já explicitado anteriormente, as operações já foram retomadas gradualmente. Em levantamento prévio, **o valor de venda dos ativos imobiliários perfaz uma quantia aproximada de R\$ 210.000.000,00 milhões.** Nesses termos, com a venda destes ativos, haverá uma equalização nas contas, com o pagamento dos credores, e desse total, **um percentual de apenas 20% será utilizado para fluxo de caixa.** Isto significa, portanto, que todo o valor residual para pagamento dos credores será absorvido pelo crescimento da operação retomada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**11. Como serão realizados os pagamentos de funcionários x pagamentos de credores concursais e extraconcursais x manutenção operacional da empresa, com a quantia que possuem atualmente em caixa;**

**Esclarecimento Recuperandas:** Como já é de prévio conhecimento desta administração judicial por meio das informações prestadas anteriormente, esta gestão judicial assumiu sua função com a quantia de R\$11.000,00 no caixa do grupo recuperando. Como sabemos, tratam-se de recursos totalmente insuficientes para pagamento de qualquer base de operação. Cumpre também esclarecer que no dia em que foi assumida a nova gestão, não havia nenhuma linha operando e nenhum serviço em funcionamento. Em resumo: não havia sistema, a contabilidade estava suspensa, não havia internet, os aluguéis estavam atrasados, bem como atrasadas todas as demais despesas correntes. Como providência, foi realizado (i) o reestabelecimento imediato de serviços essenciais, e (ii) parcerias com terceiros para prover receitas, tendo como resultado a retomada da operação **com receita diária inicial de em torno de R\$100.000,00. Com esses recursos, houve a equalização dentro do possível, dos itens essenciais para a operação.** No plano de negócios que será apresentado em breve, serão detalhadas as medidas totais que serão tomadas para o reestabelecimento total da operação, bem como, e principalmente, a forma encontrada para o pagamento dos credores em prazo viável e oportuno para o equacionamento do fluxo de caixa das empresas recuperandas.

Não houve significativa mudança de tal contexto até a presente data.

Há também o contexto da dilapidação de patrimônio, que pode ser observado conforme anexo acostado aos autos pela Administradora Judicial, no qual há fotos tiradas pelos representantes da auxiliar do Juízo, quando da visita em Cachoeiro do Itapemirim/ES, em 13/07/2022, na Rod. Engenheiro Fabiano Vivacqua, nº 3178, Alto Amarelo, onde há o *Platô 01 - Estacionamento (com ônibus sucateados)*, *Platô 2 - Antiga base administrativa, comercial, operacional e oficina/manutenção geral (inoperante)*, *Platô 3 - Atual base administrativa, comercial, operacional e oficina/ manutenção geral/ alojamento e estacionamento e, ainda, Platô 5 - Lavagem de veículos e estacionamento - antiga reformadora de ônibus (inoperante)*. Fls. 6.205/6.566 dos autos do incidente nº 0003311-29.2019.8.26.0100.

Ainda, quando da visita em referência, os representantes da auxiliar do Juízo obtiveram as seguintes informações na presença dos 4 colaboradores celetistas ali alocados, a saber, Sra. Ana Claudia Menezes (Controller), Luciane Povia Soares (Departamento pessoal), Leonardo Cosini Depolo (Financeiro) e Marcel Scaramussa (T.I.):

(i) No período de Janeiro até Maio de 2022, isto é, momento anterior à entrada do novo gestor judicial nomeado em Assembleia, ocorreu o desligamento de vários funcionários celetistas do Grupo em recuperação judicial, sendo que em alguns casos sequer houve a devida formalização, inclusive não tendo ocorrido a baixa necessária no sistema da Itapemirim. Fora estes, há outros vários colaboradores celetistas que também foram desligados no período de janeiro a junho do corrente ano, que não tiveram suas verbas





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

rescisórias quitadas;

(ii) Quanto ao controle das folhas de pagamento, houve a sua interrupção em março de 2022;

(iii) Não enviam informações ao E-social desde novembro de 2021;

(iv) Há férias inadimplidas (valores pendentes de pagamento e período de gozo a ser concedido) pelo Grupo em recuperação judicial desde o mês de setembro de 2021;

(v) Recentemente, frisa-se, no período de atuação da nova gestão nomeada em Assembleia, ocorreu a demissão de 29 colaboradores celetistas da área administrativa, sendo que as verbas rescisórias de nenhuma delas foi adimplida até o momento.

Outra circunstância que evidencia a ausência de cumprimento das funções sociais das atividades empresariais realizadas pelas recuperandas reside no fato de que em dezembro de 2021 havia 1.334 funcionários ativos conforme a folha de pagamento apresentada. Entretanto, conforme a última folha de pagamento registrada no sistema TOTVS (do qual houve a liberação do acesso no dia 08/07/2022), estes totalizavam 961 funcionários ativos (672 Itapemirim e 289 Caiçara). Em contrapartida, no levantamento inicial realizado pela nova gestão, foi estimado que o Grupo Itapemirim havia 512 funcionários ativos. Contudo, de forma diversa, em diligência, foi constatado que na prática, atualmente o grupo tem confirmado tão somente 197 funcionários ativos.

Ainda, foi disponibilizado pela *Controller* na oportunidade um relatório de contas a pagar extraído do sistema TOTVS, por meio do qual foi constatado que existe R\$ 1.582.355.786,83 para pagar, posição esta que não é exata, visto que podem ter sido realizados pagamentos sem a baixa e, certamente, há títulos que não estão cadastrados no sistema, uma vez que o mesmo estava com sua operacionalização paralisada e com seu acesso bloqueado desde março até 08/07/2022, conforme informações passadas pela nova gestão a auxiliar.

Assim, tem-se que, tal qual consta nestes autos por reiteradas vezes, seja pela Administradora Judicial, seja pelo *watchdog*, pelo Ministério Público, Fisco e diversos credores no deslinde processual, em que pese os esforços envidados pela nova gestão e alguns credores em demonstrar o contrário, a inviabilidade das empresas, desta forma, é inconteste, a qual não mais demonstra possibilidade de manter os benefícios sociais da empresa, previstos no art. 47 da Lei 11.101/2005.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

### III- DAS ILEGALIDADES INSANÁVEIS DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO APRESENTADO

Tampouco há possibilidade de convocação de nova AGC para discussão do plano apresentado, diante de generalidades insanáveis dos seus termos, tornando-o absolutamente ilegal e inapto sequer para início de discussões sobre sua viabilidade econômica, senão vejamos.

Em relação ao plano de reestruturação apresentado às fls. 83.250/83.281 constata-se que:

Com relação a cláusula 1.1.21 que dispõe sobre a “Lista de Credores” (fls. 83.255), consta no plano como sendo a lista divulgada pelo Administrador, contudo o Grupo recuperando não menciona as atualizações do Quadro Geral de Credores apresentada de forma mensal pela Administradora Judicial, o que traz divergência substancial ao montante real sujeito à recuperação judicial, inviabilizando, por completo qualquer discussão sobre o passivo a ser readequado.

No que toca a cláusula 4.3.2, bem como as demais que se seguem, que estabelece as Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), à luz das fls. 83.263, não houve observância a sequência de bens que já foram objeto de leilão em momento anterior, já objeto de deliberações em incidente específico, o que via de consequência, diminui o valor final da arrecadação pretendida. Ademais, a ausência de devida discriminação das UPIs já vendidas com aquelas que deveriam ser objeto de futura venda torna o plano absolutamente genérico e impossível de qualquer discussão, justamente pelo fato de que os credores não sabem sobre o que estão votando, proporcionando situação insanável de vício de consentimento, tornando o plano anulável.

Atinente a cláusula 2.3. de fls. 83.260, acerca da “Viabilidade Econômica do Plano”, a gestão deixa expresso que passa a integrar o Novo Plano, contudo, poderá ser objeto de atualização e complementação, em sendo o caso, até a efetiva designação de Assembleia Geral de Credores. Assim, o plano gera incerteza e instabilidade no tocante às disposições ali expressas, o que leva a crer a existência de dúvidas sobre os valores ali constantes e inclusive ressalvas sobre a atuação dos gestores no que se refere ao cumprimento de suas



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

atribuições. De mesma forma é a consideração pertinente à cláusula 2.4. que se traduz na “Avaliação de Ativos das Recuperandas” (fls. 83.260).

No tocante a cláusula 3.3., “Concessão de prazos para pagamento” às fls. 83.261, verifica-se ser demasiadamente genérica, sem qualquer delimitação e estabelecimento de parâmetros que pudessem chegar a conclusão de que qualquer prazo e condição especial para pagamento de obrigações vencidas e vincendas estão limitadas até a efetiva aprovação do Plano, o que, por si só, inviabiliza a sua efetiva aplicabilidade e prática. Sequer início de discussão poderia haver, justamente pela generalidade absoluta da cláusula, sem a previsão de prazos, formas do estipêndio, separação por classes. etc.

Acerca da cláusula 4.1. de fls. 83.262 - “Operação com partes relacionadas”, as Recuperandas incorreram em omissão, visto que não houve qualquer indicativo de quais partes, efetivamente, praticariam essas transações, o que traz insegurança na aplicabilidade do aludido permissivo.

Consoante as fls. 83.262, cláusula 4.2., que diz respeito a “Manutenção das Atividades”, as Recuperandas incorreram em abrangência na forma que estipularam a parte de resguardar para si o direito e faculdade de desenvolver suas atividades e realizar todos os atos consistentes com seu objeto social, dentro do curso normal de seus negócios, sem qualquer autorização da AGC ou Juízo. Isso porque uma empresa em Recuperação Judicial está diretamente vinculada ao Juízo Recuperacional e qualquer ato praticado deve ser objeto de consideração dos credores/Juízo, principalmente em sendo o caso de realização de novas transações e criações de subsidiárias, por exemplo.

Assim como verificado em cláusula 1.1.27, na cláusula 4.3. “Alienação de ativos e/ou Arrendamento” de fls. 83.263, o Plano novamente incorreu em erro ao passo que listou mais bens do que efetivamente encontram-se disponíveis, deixando em aberto a capacidade da gestão em efetivamente realizar o compilado dos ativos das empresas Recuperandas; à luz da UPI's Imóveis 16, 18, 19 e 21, demonstra que sequer há conhecimento do que realmente se trata de bem disponível do Grupo como livres para alienação, dando a falsa ideia de subsistência patrimonial que traria lastro ao cumprimento do plano.

A cláusula 4.6.1. de fls. 83.270, que dispõe sobre o “Certame das UPIs imóveis”, a disposição é no sentido de que o primeiro certame deve ser realizado no prazo máximo de 6 meses, não esclarecendo a razão desse lapso temporal. Outrossim, não há mais



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

previsão legal de venda por apresentação de propostas fechadas e inexistente justificativa para a escolha de tal procedimento de venda, a descrição dos benefícios econômicos de tal escolha e as razões pelas quais as recuperandas entendem que esse procedimento seria o melhor para fins de maximização dos ativos a serem vendidos, os quais, salienta-se mais uma vez, sequer foram devidamente discriminados nos documentos juntados.

Ainda, a alínea *c* possui redação que provoca tumulto processual, ao estabelecer que os interessados na participação do certame deverão peticionar nos autos da recuperação judicial, o que se mostra absolutamente inviável e burocrático. Além disso, o procedimento em tela encontra-se demasiadamente moroso e com diversas obrigações importadas a terceiros, o que poderia incorrer em dificuldades e inviabilidade de controle por parte do Administrador Judicial, inclusive, ao qual foi atribuída uma série de responsabilidades neste teor, a exemplo do recebimento e abertura das propostas, impondo ao auxiliar do Juízo obrigações não previstas em lei e sem que houvesse decisão judicial para tanto.

Na cláusula 4.8. “Inexistência de Proposta Vencedora” (fls. 83.271) o plano traz possibilidade de modificação do seu teor, caso as UPIs não sejam alienadas no prazo previsto com a convocação de Assembleia, o que traz insegurança e incerteza acerca do efetivo pagamento dos credores, que seria o norte principal e premissa básica a ser considerada. Outrossim, tal cláusula desvirtua o texto do art. 73, IV, da lei 11.101/2005, bem como a jurisprudência já firmada sobre sua aplicação, pois, de maneira indireta, determina convocação de AGC em hipótese de potencial descumprimento do plano.

No que tange à cláusula 12.11. “Encerramento das Impugnações de Crédito”, que visa viabilizar o encerramento dos incidentes em curso, comprometendo-se a proceder com acordos com os credores pertinentes, a gestão não trouxe à baila quem arcará com os custos dessas mediações, nem estimou tal despesa em seus fluxos de caixa e projeções, ainda que tal medida seja prevista no art. 20-B da Lei nº 11.101/05, tornando absolutamente incerto o cumprimento dos pagamentos e das despesas destinadas ao custeio da operação, pela generalidade dos seus termos, que sequer descreve como haveria o equilíbrio da utilização dos recursos do grupo para lidar com todas essas obrigações.

Ora, sem ao menos descrever como a gestão dos recursos ocorrerá, os credores não possuem quaisquer condições de avaliar o plano apresentado, seja para fins de destinação de recursos para pagamento de créditos, seja a forma como o caixa da empresa será



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

gerido para a manutenção das atividades.

A própria generalidade da cláusula 12.10, que trata da readequação do passivo tributário é tão inócua que compromete qualquer visão prospectiva de ponderação sobre a possibilidade de cumprimento do plano, haja vista, como já mencionado acima, o vulto do valor do débito fiscal que deverá ser readequado.

Ato contínuo, acerca da cláusula 13.3 de fls. 83.279, que dispõe sobre “Processos Judiciais” em que pese não exista nenhum impedimento para as disposições dos credores aderentes, um alerta fica para a situação da expressão “a partir da Homologação do Novo Plano”, que abrange todos os credores e não apenas os aderentes, ao passo que incorre em cerceamento de defesa em uma primária análise, o que vai em desencontro imediato com a Carta Magna em seu art. 5º, LV da Constituição Federal.

Por fim, no tocante a cláusula 16.1 de fls. 83.280, a qual trata sobre a “Cessão dos Créditos”, vale dizer que em que pese tenha constado que a cessão dos créditos passarão pelo crivo do Juízo da Recuperação, não houve disposição que passaria anteriormente pelas considerações da Administradora Judicial, o que acaba por violar o art. 22, II da Lei nº 11.101/05.

Como é possível perceber, a generalidade das cláusulas impede qualquer compreensão sobre o conteúdo do plano, colocando os credores num cenário de insuperável assimetria informacional, com comprometimento da livre manifestação de sua vontade, tornando inócua a convocação de AGC para deliberação. Ora, se não há um mínimo de subsídios descritos de como as promessas feitas no plano poderão ser concretizadas, não há sequer espaço para se iniciar uma discussão sobre a viabilidade econômica de um plano que se mostra vazio.

Ante os fundamentos de fato e de direito aqui descritos, em especial ao artigo 73, incisos IV e VI, entendo ser o caso de convalidação da recuperação judicial das empresas que compõem o **GRUPO ITAPEMIRIM** em falência.

Pelas razões acima invocadas e com fulcro no art. 73, incisos IV e VI, § 1º c/c art. 94, III, “b” da Lei 11.101/2005, **DECRETO** hoje a **FALÊNCIA** de **VIAÇÃO ITAPEMIRIM S.A** (CNPJ: 27.175.975/0001-07); **TRANSPORTADORA ITAPEMIRIM S.A.** (CNPJ: 33.271.511/0001-05); **ITA ITAPEMIRIM TRANSPORTES S.A.** (CNPJ:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

34.537.845/0001-32); **IMOBILIÁRIA BIANCA LTDA.** (CNPJ: 31.814.965/0001-41); **COLA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA.** (CNPJ: 31.719.032/0001-75); **FLECHA S.A. TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA** (CNPJ: 27.075.753/0001-12), e; **VIAÇÃO CAIÇARA LTDA.** (CNPJ: 11.047.649/0001-84), observado que os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores pagos e ressalvados os atos validamente praticados no âmbito da recuperação judicial.

Portanto:

1) Mantenho como administradora judicial a **EXM PARTNERS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA** (“**EXM PARTNERS**”), CNPJ: 04.938.537/0001-58, representada por Eduardo Scarpellini, já cadastrada nos autos, devendo ser intimada pelo e-mail admjudicial.itapemirim@exmpartners.com.br;

Para fins do art. 22, inc. III, deve:

1.1) ser intimado pessoalmente, para que, em 48 (quarenta e oito) horas assine o termo de compromisso, sob pena de substituição (arts. 33 e 34);

1.2) proceder à arrecadação dos bens e documentos (art. 110), bem como a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem (arts. 108 e 110), para realização do ativo (arts. 139 e 140), sendo que ficarão eles “sob sua guarda e responsabilidade” (art. 108, parágrafo único), podendo providenciar a lacração, para fins do art. 109, informando, ainda, ao juízo, quanto à viabilidade da continuidade das atividades da empresa (art. 99, XI);

1.3) deverá o administrador judicial proceder à venda de todos os bens da massa falida no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da juntada do auto de arrecadação, sob pena de destituição, salvo por impossibilidade fundamentada, reconhecida por decisão judicial, nos termos do art. 22, III, j, da Lei 11.101/2005;

1.4) quando da apresentação do relatório previsto no art. 22, inc. III, 'e' da Lei 11.101/05, deverá o administrador judicial protocolá-lo digitalmente como incidente à falência, bem como eventuais manifestações acerca deste deverão ser protocoladas junto ao referido incidente;



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

1.5) deverá o administrador judicial cumprir com as demais obrigações que lhe foram previstas no art. 2º da Lei 11.101/2005, com a redação dada pela Lei 14.112/2020;

1.6) deverá o administrador judicial providenciar a instauração de incidente para cumprimento do art. 7-A da Lei 11.101/2005, para fins de inclusão dos débitos fiscais no QGC;

1.7) deverá o administrador judicial, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do termo de nomeação, apresentar, para apreciação do juiz, plano detalhado de realização dos ativos, inclusive com a estimativa de tempo não superior a 180 (cento e oitenta) dias a partir da juntada de cada auto de arrecadação, na forma do inciso III do caput do art. 22 desta Lei;

1.8) Fixo o termo legal (art. 99, II), nos 90 (noventa) dias ao pedido de recuperação judicial;

2) Deve o administrador informar se a relação nominal dos credores, com endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, se encontram nos autos, de modo a ser expedido o edital com a relação de credores, bem como outras providências imprescindíveis ao andamento da falência.

2.1) Deve o sócio administrador ou diretores e gestores responsáveis da falida cumprir o disposto no artigo 104 da LRF, comparecendo em cartório no prazo de 10 dias para assinar termo de comparecimento e prestar esclarecimentos, que deverão ser apresentados na ocasião por escrito. Posteriormente, havendo necessidade, será designada audiência para esclarecimentos pessoais dos falidos, intimando-se, também, para tanto, o Administrador Judicial e o Ministério Público.

Quanto a este teor, ressalto que como administradores das devedoras deverão ser considerados o Sr. Sidnei Piva de Jesus (acionista e presidente do Grupo no momento dos atos que levaram as empresas à quebra) e Sra. Camila de Souza Valdívia (acionista do Grupo Itapemirim e ex sócia do Sr. Piva), Sr. Adilson Furlan (diretor financeiro e operacional) e Karina Mendonça (diretora jurídica e vice-presidente), responsável por *compliance* e execução do plano, conforme organograma administrativo posição de Dezembro/2021 a Janeiro/2022, sem prejuízo de apurações que se fizerem necessárias desde a data de ajuizamento deste feito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Da mesma forma, considerando o teor da petição de fls. 80.801/80.811 e as menções ali trazidas pelo Sr. Sidnei Piva de Jesus, determino a decretação de indisponibilidade dos bens da empresa Piva Consulting LTDA., bem como o arresto de valores existentes em contas bancárias, pelo sistema SISBAJUD, diante dos indícios de que há confusão patrimonial entre tal sociedade e o grupo empresarial sobre o qual recai a convolação da recuperação judicial em falência, **devendo a serventia providenciar o necessário para inscrição da sociedade empresária no CNIB e no SISBAJUD.**

2.2) Ficam advertidos os sócios e administradores, ainda, que para salvaguardar os interesses das partes envolvidas e verificado indício de crime previsto na Lei n. 11.101/2005, poderão ter a prisão preventiva decretada (art. 99, inc. VII);

3) Fixo o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do edital, para os credores apresentarem ao administrador judicial “suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados” (art. 99, inc. IV, e art. 7º § 1º), que deverão ser digitalizadas e encaminhadas diretamente ao administrador judicial, por meio de e-mail a ser por ele informado e criado especificamente para este fim e informado no referido edital a ser publicado.

Nesse sentido, deverá a administradora judicial informar, no prazo de 5 (cinco) dias, um e-mail criado para esse fim, que deverá constar no edital do art. 99, parágrafo único, a ser expedido.

3.1) Quando da publicação do edital a que se refere o art. 2º da Lei 11.101/05, eventuais impugnações ao referido edital e/ou habilitações retardatárias deverão ser protocoladas digitalmente como incidente à falência, ao passo que não deverão ser juntadas nos autos principais, sendo que as petições subsequentes e referentes ao mesmo incidente deverão ser, sempre, direcionadas àquele já instaurado;

Nesse ponto, deverão os credores e seus patronos observar que as habilitações e divergências de crédito deverão ser interpostas pelo peticionamento eletrônico inicial, por dependência ao processo principal, nos termos do Comunicado CG nº 219/2018, disponibilizado no DJe de 05.05.2018, respeitando-se o rito previsto nos arts. 7º a 20 da Lei 11.101/2005.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Pedidos de habilitação e divergências protocolizados nos autos principais serão desconsiderados, independentemente de menção específica a cada um deles que constarem dos autos, em razão da absoluta inadequação da via eleita, nos termos da Lei 11.101/2005, por não ser possível discussão sobre natureza e valor de crédito nos autos principais da recuperação judicial ou do processo falimentar.

3.2) Oportunamente, expeça-se edital, nos termos do art. 99, § 1º, da Lei 11.101/2005, devendo o administrador judicial providenciar minuta, em formato word, a ser encaminhada à serventia;

4) Determino, nos termos do art. 99, inc. V, a suspensão de todas as ações ou execuções contra a falida (empresa), ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da mesma Lei, ficando suspensa, também, a prescrição.

5) Proíbo a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida (empresa), sem autorização judicial, ressalvados os bens cuja venda faça parte das atividades normais do devedor “se autorizada a continuação provisória das atividades” (art. 99, inc. VI).

6) Além das comunicações on-line ao Banco Central e às Fazendas da União, Estado e Municípios nos quais as falidas possuem sede (art. 99, inc. XIII e § 2º, LRF), a serem providenciadas pela serventia, **servirá cópia desta sentença, assinada digitalmente, de OFÍCIO aos órgãos elencados abaixo, para o endereço do administrador judicial nomeado.** O administrador judicial deverá encaminhar cópia desta decisão aos órgãos competentes, devendo comprovar o protocolo nestes autos digitais, em 10 dias:

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: Rua Barra Funda, 930, 3º andar Barra Funda - CEP: 01152-000 São Paulo/SP: Encaminhar a relação de livros da falida levada a registro nesse órgão, e informes completos sobre as alterações contratuais havidas em nome dela. Deverá, ainda, contar a expressão “falido” nos registros desse órgão e a inabilitação para atividade empresarial;

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - Rua Mergenthaler, 500, Vila Leopoldina Gerência GECAR, CEP: 05311-030, São Paulo/SP: Encaminhar as correspondências em nome da falida para o endereço do administrador judicial nomeado;



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

CENTRO DE INFORMAÇÕES FISCAIS -DI Diretoria de informações - Av. Rangel Pestana, 300, CEP: 01017-000 - São Paulo/SP: Deverá encaminhar a DECA referente à falida, para o endereço do administrador judicial nomeado;

SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS DA FAZENDA PÚBLICA - Ofício das Execuções Fiscais Estaduais - Rua Vergueiro, 857, CEP: 01013-001 - São Paulo/SP: informar sobre a existência de bens e direitos em nome da falida;

BOLSA DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO - Rua XV de Novembro nº 275, 7º andar, CEP: 01013-001 - São Paulo/SP: Informar a existência nos seus arquivos, sobre bens e direitos em nome da falida;

Banco Bradesco S/A. - Cidade de Deus, s/nº = Vila Iara - CEP: 06023-010 Osasco/SP: Informar acerca da posição de ações do sistema TELEBRÁS (Telesp e cindidas) em nome da falida e, se houver dividendos, sejam estes depositados em nome da massa falida, no Banco do Brasil S/A., Agência 5905-6 S. Público São Paulo, à ordem deste Juízo;

DEPARTAMENTO DE RENDAS MOBILIÁRIAS - Rua Pedro Américo, 32, CEP: 01045-000 - São Paulo/SP: Informar sobre e a existência de bens e direitos em nome da falida;

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DE TÍTULOS PARA PROTESTO - Rua XV de Novembro, 175 - Centro - CEP: 01013-001 São Paulo/SP: Remeter as certidões de protestos lavrados em nome da falida, para o endereço do administrador judicial nomeado, independente do pagamento de eventuais custas;

7) Cumpridas as determinações, intinem-se eletronicamente o Ministério Público e as Fazendas federal, estadual e municipal.

**DO ARRENDAMENTO EM CARÁTER LIMINAR E EMERGENCIAL**

A auxiliar do juízo informa em sua petição que foi abordada por empresa interessada no mercado em relação a arrendamento de ativos envolvendo o Grupo Itapemirim.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Tomando como base o disposto no inciso XI do artigo 99 da LREF, “*pronunciar-se-á a respeito da continuação provisória das atividades do falido com o administrador judicial ou da lacração dos estabelecimentos, observado o disposto no art. 109 desta Lei*”, sugere providências.

Informa que atualmente, os principais ativos do Grupo Itapemirim seriam seus imóveis restantes – lembrando que parte relevante destes ativos foi alienada no ensejo do cumprimento do plano de recuperação judicial e teve destinação não estipulada no Plano de Recuperação Judicial, os veículos de operação (sendo que boa parte destes se encontra depredada dado o deterioramento da situação financeira do Grupo) e, em especial, suas linhas de operação, que abrange Itapemirim e Caiçara.

Em contrapartida, menciona que às fls. 79.784/79.786, Ricco Transportes Rodoviário e Turismo Eirelli já manifestou intenção em adquirir linhas da Recuperanda Viação Caiçara, todavia, em um outro contexto processual, e em condições que não se mostravam vantajosas para os credores. Contudo, tal fato **reflete que existe interesse do mercado na operação destas linhas – Viação Caiçara e Viação Itapemirim.**

Surgiu, então, uma proposta por parte de TRANSPORTADORA TURÍSTICA SUZANO LTDA. (“SUZANO”), manifestando interesse no arrendamento, pelo prazo de 12 (doze) meses, renovável por igual período, de todas as linhas, guichês, marcas e parte dos imóveis operacionais das Recuperandas. Anexa proposta aos autos devidamente assinada pelos representantes da empresa e e-mail por meio do qual recepcionou o referido teor.

Entende que uma operação de arrendamento parcial ou total dos ativos e linhas do Grupo Itapemirim mostra-se vantajosa à Massa Falida e aos credores, pois, em linhas gerais:

a. Manteria as atividades, ao menos parcialmente, quanto ao serviço de ônibus interestaduais e intermunicipais, fazendo com as respectivas localidades não perdessem, parcial ou totalmente, os serviços de deslocamento;

b. Preservaria os ativos arrendados, que restariam sob responsabilidade do arrendante, podendo, ainda, se direcionar recursos para preservação dos ativos restantes;



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

c. Concederia tempo viável para a correta avaliação de todos os ativos para oportuna venda na forma da LREF;

d. Traria maior valor aos ativos arrendados, pois a venda oportuna poderia ocorrer em formato de bloco, e sem interrupção das atividades.

Considerando-se tal quadro, a atual situação jurídica, financeira e comercial das empresas pertencentes ao Grupo Itapemirim, em especial, os trâmites que seriam necessários perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para se proceder de forma válida com o arrendamento e posterior venda judicial destes ativos, opina que, no ensejo do art. 99, inciso IX da LREF, o Juízo, ao decretar a falência do Grupo, seja determinado o encerramento de suas atividades, lacração de estabelecimentos e arrecadação de ativos, mas, na mesma oportunidade, **autorize à Massa Falida a celebração de contrato emergencial de arrendamento de seus ativos nos termos da proposta apresentada, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, em caráter liminar**, visando preservar as atividades das linhas, nos termos do art. 117 e seguintes da LRF, até que haja designação de processo competitivo posterior para alienação da operação das linhas.

Dispõe o art. 117, da Lei 11.101/2005 que:

*Art. 117. Os contratos bilaterais não se resolvem pela falência e podem ser cumpridos pelo administrador judicial se o cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos, mediante autorização de Comitê.*

Assim, resta evidenciado o fato de que a manutenção das linhas junto a ANTT é essencial e, por conseguinte, levando em consideração que a intenção é a continuidade da operação, as linhas devem ser mantidas.

Ainda, tal qual pontuado pela auxiliar, **o art. 49, da Lei 10.233/2001**, o qual trata sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e dá outras providências, dispõe em seus artigos o seguinte:

Art. 47-C. A ANTT poderá intervir no mercado de serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, com o objetivo de cessar abuso



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

de direito ou infração contra a ordem econômica, inclusive com o estabelecimento de obrigações específicas para a autorização, sem prejuízo do disposto no art. 31. (Incluído pela Lei nº 12.996, de 2014)

Art. 48. Em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização, ou de sua transferência irregular, a Agência extingui-la-á mediante cassação.

**Art. 49. É facultado à Agência autorizar a prestação de serviços de transporte sujeitos a outras formas de outorga, em caráter especial e de emergência.**

**§ 1o A autorização em caráter de emergência vigorará por prazo máximo e improrrogável de cento e oitenta dias, não gerando direitos para continuidade de prestação dos serviços.**

**§ 2o A liberdade de preços referida no art. 45 não se aplica à autorização em caráter de emergência, sujeitando-se a empresa autorizada, nesse caso, ao regime de preços estabelecido pela Agência para as demais outorgas.**

Ante o exposto, **DEFIRO O REQUERIMENTO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL**, por seus próprios fundamentos e ante o teor do art. 49 da legislação supramencionada, não se vislumbrando qualquer prejuízo à coletividade de credores, continuidade da operação das linhas, nem tampouco aos aqui envolvidos no procedimento, então, falimentar.

De fato, a sugestão apresentada, no mínimo se denota como (i) uma possibilidade de redução de impactos e prejuízos à sociedade, ao passo que perdurará a prestação dos serviços em relação às linhas já então exploradas pelo Grupo Itapemirim, mas agora por terceira empresa, e (ii) uma possibilidade de redução de prejuízos à coletividade dos credores, que terão preservados em seu favor os ativos da então massa falida, evitando que percam seu valor de mercado como ocorreria em caso de quebra sem alternativa sugerida quanto a este ponto, viabilizando a arrecadação e expropriação por valor considerável e que reverteria em seu proveito.

Visando preservar a publicidade e igualdade de condições que permeiam referido procedimento em concursos de credores, dou ciência aos aqui interessados em relação a proposta de arrendamento dos ativos acostada aos autos, e, nesta oportunidade, **AUTORIZO E HOMOLOGO** a celebração do contrato entre a Massa Falida e Transportadora Turística Suzano Ltda., nos termos do anexo à presente, **em caráter liminar e emergencial, em consonância ao art. 49 da Lei nº 10.223/2001 (ANTT)**, visando, assim, a liquidação eficiente dos ativos do Grupo Itapemirim, em momento oportuno, resguardando o interesses da coletividade de credores.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Ciência a Administradora Judicial, para que proceda aos trâmites necessários e acoste aos autos, em 5 dias, o contrato devidamente assinado pelas partes, sendo a auxiliar a então representante da Massa Falida, para que passe a surtir seus regulares efeitos.

Após, oficie-se a ANTT com cópia desta decisão e, ainda, do contrato entabulado entre as partes, para que surta seus regulares efeitos e sejam procedidas as anotações necessárias em referido órgão.

Deverá a Administradora Judicial providenciar, após a assinatura do contrato, o protocolo respectivo junto a ANTT e comprovar nestes autos, em 10 dias.

P . R . I . C .

São Paulo, 21 de setembro de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**